

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

A intervenção profissional em educação física e a responsabilidade social

A intervenção do profissional de educação física não se reduz à aplicação automática de exercícios. Embora o domínio técnico e científico seja indispensável, a qualidade do atendimento depende da capacidade de compreender os objetivos, as condições e o contexto sociocultural dos beneficiários. Em diferentes espaços – escolas, academias, clubes, unidades de saúde e projetos comunitários –, a prática profissional exige planejamento, avaliação e decisões responsáveis.

Essa responsabilidade começa antes da prescrição. É necessário conhecer as condições de saúde do indivíduo ou do grupo, identificar necessidades, estabelecer objetivos e selecionar métodos compatíveis. Avaliações orientam a intervenção, permitem acompanhar resultados e ajudam a reduzir riscos. Quando o caso ultrapassa a competência do profissional, o diálogo com outras áreas e o encaminhamento adequado constituem medidas de segurança, e não sinais de fragilidade profissional.

A dimensão ética amplia esse compromisso. Respeitar a dignidade, a autonomia e a diversidade dos beneficiários significa rejeitar práticas discriminatórias, promessas de resultados garantidos e modelos de atendimento que priorizem interesses comerciais em detrimento da saúde. Significa, ainda, proteger informações pessoais, manter atualização permanente e comunicar orientações de maneira clara.

No campo escolar, essa perspectiva impede que a educação física seja reduzida à seleção dos mais habilidosos ou ao treinamento esportivo. As práticas corporais podem favorecer aprendizagem, participação, convivência e leitura crítica da cultura. Para isso, o planejamento precisa considerar diferenças de idade, experiências, condições corporais e formas de participação, garantindo que o direito à atividade física não seja confundido com obrigação de desempenho.

Assim, a intervenção profissional qualificada articula ciência, técnica, ética e sensibilidade social. Ao planejar e avaliar suas ações, o profissional contribui para a promoção da saúde, para a autonomia dos beneficiários e para uma sociedade mais inclusiva. A responsabilidade acompanha todo o processo, desde a análise da demanda até a avaliação dos efeitos produzidos.

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 A partir do texto, infere-se que o encaminhamento do beneficiário a profissionais de outras áreas, quando a situação ultrapassa a competência do profissional de educação física, demonstra que esse profissional não possui condições de intervir de maneira responsável.
- 2 No período “A intervenção do profissional de educação física não se reduz à aplicação automática de exercícios.”, o pronome oblíquo “se” encontra-se em próclise obrigatoriamente devido à atração exercida pelo advérbio de negação “não”.
- 3 No trecho “Embora o domínio técnico e científico seja indispensável, a qualidade do atendimento depende também da capacidade de compreender os objetivos, as condições e o contexto sociocultural dos beneficiários.”, a oração iniciada pela conjunção “Embora” expressa uma condição para que a qualidade do atendimento seja alcançada.
- 4 No período “A dimensão ética amplia esse compromisso. Respeitar a dignidade, a autonomia e a diversidade dos beneficiários significa rejeitar práticas discriminatórias.”, a substituição de “discriminatórias” por **preconceituosas e excludentes** preservaria a correção ortográfica, a estrutura sintática e o sentido geral do período.
- 5 Na oração “Quando o caso ultrapassa a competência do profissional, o diálogo com outras áreas e o encaminhamento adequado constituem medidas de segurança.”, a substituição de “constituem” por **constituiria** manteria o sentido original e a correção gramatical do período, pois o verbo poderia concordar com o núcleo mais próximo do sujeito.
- 6 No trecho “modelos de atendimento que priorizem interesses comerciais em detrimento da saúde.”, a forma verbal “priorizem” está no modo subjuntivo porque integra uma oração subordinada adjetiva restritiva, iniciada pelo pronome relativo “que”, cujo antecedente é “modelos de atendimento”.
- 7 No período “Para isso, o planejamento deve considerar diferenças de idade, experiências, condições corporais e formas de participação.”, o termo “Para isso” estabelece uma relação de finalidade com a oração que o sucede e retoma as ideias anteriormente apresentadas sobre a necessidade de um planejamento inclusivo.
- 8 No trecho “o profissional contribui para a promoção da saúde, para a autonomia dos beneficiários e para uma sociedade mais inclusiva.”, a retirada da preposição “para” antes de “a autonomia dos beneficiários” e de “uma sociedade mais inclusiva” prejudicaria a correção gramatical do período, pois o verbo “contribuir” rege a preposição “para”.

Texto para os itens de 9 a 16.**Esporte e lazer como direitos sociais**

O esporte costuma ser apresentado como espetáculo e competição; porém, essa visão é insuficiente para compreender a presença da educação física nas políticas públicas, uma vez que esporte e lazer também constituem práticas culturais e espaços de convivência. A democratização dessas práticas não depende apenas da abertura de equipamentos esportivos: é preciso considerar quem participa, em quais condições e com que objetivos. Uma quadra pode permanecer excludente sem transporte, segurança, materiais adequados, horários compatíveis e profissionais preparados. Oferecer a mesma atividade a todos não garante igualdade diante de diferenças de idade, deficiência, território e condições socioeconômicas.

Nesse contexto, o profissional de educação física participa do planejamento e da mediação das ações. Seu trabalho não consiste em selecionar os mais habilidosos, e sim em criar situações que ampliem a participação. Isso requer adaptar regras, materiais, espaços e estratégias sem reduzir a qualidade da experiência. A adaptação é condição pedagógica para que o direito de participar seja reconhecido, sendo assim, projetos de esporte e lazer precisam dialogar com a comunidade. Ressalta-se que identificar demandas locais, escutar participantes e avaliar ações ajuda a evitar decisões impostas. É preciso destacar que práticas tradicionais e manifestações culturais do território podem integrar o planejamento, desde que sejam tratadas com respeito.

A avaliação não deve limitar-se à contagem de inscritos ou de eventos, pois indicadores numéricos são úteis, mas precisam ser relacionados à permanência, à participação, à acessibilidade e aos efeitos percebidos. Desse modo, uma política pode alcançar muitas pessoas e ainda reproduzir desigualdades se não examinar quem permanece excluído. Assim, pensar o esporte e o lazer como direitos sociais exige superar a lógica de oferta ocasional e de rendimento como único critério de sucesso. Cabe à educação física contribuir para políticas inclusivas e participativas, nas quais o movimento seja compreendido como experiência de cultura, convivência e cidadania.

Internet:<confef.org.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens seguintes.

- 9 O texto defende que a democratização do esporte e do lazer depende prioritariamente da construção e da disponibilização de equipamentos esportivos para a comunidade.
- 10 No trecho “A democratização dessas práticas não depende apenas da abertura de equipamentos esportivos:”, a forma verbal “depende” está flexionada no singular porque concorda com o núcleo do sujeito “democratização”, e não com o termo no plural “práticas”.
- 11 No período “Oferecer a mesma atividade a todos não garante igualdade diante de diferenças de idade, deficiência, território e condições socioeconômicas.”, a expressão “a todos” exerce a função de complemento indireto do verbo “oferecer”.

- 12 Na oração “A adaptação é condição pedagógica para que o direito de participar seja reconhecido.”, a locução “para que” introduz uma oração subordinada adverbial final.
- 13 No período “práticas tradicionais e manifestações culturais do território podem integrar o planejamento, desde que sejam tratadas com respeito.”, a expressão “desde que sejam tratadas com respeito” apresenta uma condição para a integração dessas práticas ao planejamento.
- 14 No trecho “A avaliação não deve limitar-se à contagem de inscritos ou de eventos.”, a substituição de “à contagem” por **a contagem** preservaria a correção gramatical do texto, pois o verbo “limitar-se” não exige preposição.
- 15 Na oração “uma política pode alcançar muitas pessoas e ainda reproduzir desigualdades”, a conjunção “e” estabelece, necessariamente, uma relação de adição entre ações consideradas igualmente desejáveis no contexto.
- 16 No trecho “Cabe à educação física contribuir para políticas inclusivas e participativas.”, a substituição de “Cabe à educação física” por **É responsabilidade da educação física** preservaria a correção gramatical e o sentido geral do período.

Amanda, Bárbara, Carolina e Denise estavam em uma casa quando perceberam que a cozinha estava inundada porque uma delas deixou o filtro de água ligado. Sabe-se que apenas uma delas deixou o filtro ligado e que exatamente uma das afirmações a seguir é falsa.

- Amanda: “Bárbara deixou o filtro ligado.”
- Bárbara: “Denise deixou o filtro ligado.”
- Carolina: “Bárbara não deixou o filtro ligado.”
- Denise: “Carolina não deixou o filtro ligado.”

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Amanda disse a verdade.
- 18 Bárbara foi quem deixou o filtro ligado.
- 19 Denise foi quem deixou o filtro ligado.
- 20 A proposição “Bárbara disse a verdade se e somente se Carolina disse a verdade” é falsa.

Lúcio pretendia revestir uma sala de treinamento de jiu-jitsu, com 6 m de comprimento e 6 m de largura, utilizando placas de tatame, cada uma capaz de cobrir 0,75 m², considerando que haveria aproveitamento integral das placas, sem perdas de material. Cada placa custava R\$ 120. Para pagamento à vista, a loja oferecia 12,5% de desconto. Como alternativa, Lúcio poderia pagar 25% do valor total como entrada e financiar o restante por 5 meses, a juros simples de 2% ao mês.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 Para revestir completamente a área de treinamento, Lúcio deverá adquirir 48 placas de tatame.
- 22 Caso opte pelo pagamento à vista, Lúcio economizará mais de R\$ 1.200 em relação ao valor total que desembolsaria na alternativa financiada.

- 23 Na alternativa financiada, o valor dos juros incidentes sobre o saldo após o pagamento da entrada será de R\$ 432.
- 24 Na alternativa financiada, o valor total desembolsado por Lúcio será 10% superior ao preço original das placas de tatame.

Em uma competição de esgrima, 8 atletas, entre eles Dalila e Magali, disputarão a primeira fase em 4 duelos. Os confrontos serão definidos por sorteio. Os vencedores dos 4 duelos avançarão para as semifinais, que contarão com 4 atletas e terão os seus confrontos definidos por um novo sorteio. Para fins de contagem, não serão consideradas a ordem dos duelos nem a ordem dos atletas em cada confronto.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 Existem 120 formas distintas de organizar os 4 duelos da primeira fase.
- 26 Depois de definido o adversário de Dalila na primeira fase, existem 15 formas distintas de organizar os 3 duelos restantes.
- 27 Existem 90 formas distintas de organizar os confrontos da primeira fase de modo que Dalila e Magali não se enfrentem.
- 28 Sabendo-se que Dalila e Magali estão entre as 4 atletas classificadas para as semifinais, existem exatamente 2 formas distintas de organizar os confrontos dessa fase sem que elas se enfrentem.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas da esquerda; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Considerando situações relacionadas ao uso de recursos computacionais, à comunicação em rede, à segurança da informação e às tecnologias de transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 29 Durante a execução de um programa, o processador realiza operações sobre instruções e dados enquanto o software fornece a sequência lógica de instruções a ser executada. Portanto, a execução de um programa envolve a atuação conjunta de hardware e software.
- 30 Em uma rede do tipo peer-to-peer, uma estação que esteja fornecendo um determinado serviço ficará impedida de atuar simultaneamente como cliente de outro serviço, pois os papéis de cliente e servidor são atribuídos permanentemente a cada equipamento.
- 31 Uma empresa que substitua parte do cabeamento de sua rede local por conexões sem fio deixará, necessariamente, de possuir uma rede de computadores, uma vez que esse conceito pressupõe a existência de um meio físico cabeado entre as estações.

- 32 Ao longo do percurso entre dois sistemas finais na Internet, um mesmo datagrama pode ser transportado por diferentes tecnologias de enlace, sem que todos os enlaces da rota precisem utilizar o mesmo protocolo.

Acerca dos conceitos fundamentais de informática, das redes de computadores e dos procedimentos de backup, julgue os itens a seguir.

- 33 Para que uma informação armazenada em memória secundária seja processada pela CPU, é dispensável a sua transferência para a memória principal, pois o processador pode endereçar diretamente dispositivos como discos rígidos e mídias ópticas.
- 34 Em uma rede de computadores, um roteador pode receber pacotes provenientes de uma rede e direcioná-los para outra, não se restringindo a sua atuação à comunicação entre equipamentos pertencentes a uma única rede local.
- 35 A realização periódica de cópias de segurança torna desnecessária a verificação da possibilidade de restauração dos dados, uma vez que a conclusão do procedimento de cópia é suficiente para assegurar que os arquivos poderão ser recuperados posteriormente.
- 36 Na transferência de um arquivo pela Internet, a taxa com que o destinatário recebe os dados pode variar durante a comunicação, de modo que a vazão observada em determinado instante não precisa permanecer constante durante toda a transferência.

No que se refere aos conceitos fundamentais de informática, aos sistemas operacionais, às redes e à segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 37 O sistema operacional pode atuar no gerenciamento de arquivos e no controle de dispositivos periféricos, de modo que essas atividades não precisam ser implementadas separadamente por cada aplicativo utilizado no computador.
- 38 Se uma política de cópias de segurança tiver como objetivo possibilitar a recuperação de arquivos após sua perda, a existência de uma cópia de backup anterior ao evento pode permitir a restauração das informações, ainda que os arquivos originais se tenham tornado indisponíveis.
- 39 Em uma política de backup, a periodicidade das cópias interfere apenas na quantidade de espaço de armazenamento consumido, não podendo afetar a quantidade de informações que poderá ser perdida caso seja necessário efetuar-se a recuperação dos dados após uma falha.
- 40 Uma organização pode manter registros DNS referentes a seus servidores publicamente acessíveis sem que, para isso, seja obrigada a operar diretamente a infraestrutura do servidor DNS autoritativo que armazena esses registros.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na Resolução CREF-20/SE nº 052/2022 (Regimento Interno), julgue os itens a seguir.

- 41 O CREF-20, por sua natureza autárquica, é mantido por órgãos governamentais do estado de Sergipe.
- 42 O CREF-20, além de exercer funções orientadoras, disciplinadoras e fiscalizadoras da profissão também atua como órgão consultivo no estado do Sergipe.
- 43 A diretoria, composta de presidente, vice-presidentes, secretários e tesoureiro, é a instância máxima do Conselho.
- 44 A diretoria do CREF-20 será integrada, exclusivamente, por conselheiros eleitos.
- 45 Na fiscalização das pessoas jurídicas, o CREF-20 limita-se a aferir a regularidade do registro e à atuação dos profissionais de educação física que nelas prestam serviço.
- 46 O plenário do CREF-20 é composto de 28 membros titulares.
- 47 As atas de reunião do plenário devem ser aprovadas pela diretoria do CREF-20.
- 48 A autorização de operações de crédito será realizada pelo plenário com a presença da maioria absoluta de seus membros.
- 49 Durante as reuniões do plenário, cabe ao presidente do CREF-20 conceder vista de processo.
- 50 Nas discussões realizadas durante as reuniões do plenário, quando encaminhada a matéria para votação, poderão abster-se do voto os conselheiros que assim desejarem.
- 51 Concluída a votação e proclamado o resultado sobre matéria discutida na reunião do plenário, poderão os conselheiros alterar o seu voto enquanto a ata não tiver sido aprovada.
- 52 Compete à câmara de julgamento zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional e do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

De acordo com a Resolução CONFEF nº 619/2026, julgue os itens seguintes.

- 53 O indivíduo que convive com disidrose estará isento do pagamento de inscrição e anuidade junto ao Sistema CONFEF/CREFs, desde que cumpra os requisitos estabelecidos na Resolução nº 619/2026.
- 54 Os requerimentos de isenção do pagamento da anuidade serão analisados individualmente pela diretoria do CREF-20.
- 55 Pedidos para isenção do pagamento de inscrição devem ser requeridos diretamente ao CONFEF.

Conforme a Lei Federal nº 9.696/1998, que regulamenta a profissão de educação física e cria o CONFEF e os CREFs, julgue os itens a seguir.

- 56 Suponha-se que um profissional de educação física tenha tido, pelo CREF-20, o indeferimento definitivo de seu pedido de registro. Nesse caso, é correto afirmar que o profissional poderá interpor recurso junto ao CONFEF.
- 57 Cabe ao CREF-20 instituir o modelo das carteiras de identidade profissional (CIPs) expedidas em sua jurisdição.
- 58 Ao CONFEF compete prestar apoio técnico ininterrupto aos CREFs.

- 59 Os casos de infrações éticas que sejam de conhecimento do CREF-20 devem ser submetidos imediatamente ao CONFEF para seu julgamento e para sua decisão.
- 60 Como instituição central do Sistema Federativo CONFEF/CREF, a propositura, o julgamento e a adoção de medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de fiscalização são de competência exclusiva do CONFEF.
- 61 Os profissionais inscritos no CREF-20 são obrigados a votar na eleição dos conselheiros do respectivo Conselho.
- 62 Incurrerá em infração o profissional de educação física que exerça a profissão sem estar registrado no CREF-20.

Segundo o Código de Ética Profissional do Sistema CONFEF/CREFs, julgue os itens seguintes.

- 63 Suponha-se que um profissional de educação física registrado no CREF-14/GO, tendo executado individualmente um trabalho e precisando apresentar o relatório para uma academia de Itabaiana-SE, tenha solicitado a um amigo, registrado no CREF-20, que assinasse o documento. Nesse caso, é correto afirmar que o documento poderá ser assinado em nome do espírito de solidariedade e fortalecimento da classe.
- 64 Suponha-se que um profissional de educação física tenha desistido de um trabalho que oferecia, comprovadamente, condições indignas para o exercício da profissão. Nesse caso, é correto afirmar que outro profissional não deve aceitar o mesmo trabalho, oferecido nas mesmas condições.
- 65 Suponha-se que um conselheiro do CREF-20 estivesse planejando se candidatar a vereador nas eleições. Nesse caso, é correto afirmar que ele poderá usufruir da posição no Conselho para atrelar a sua imagem a projetos divulgados na área do esporte.
- 66 Cabe ao CREF-20, embasado na Resolução CONFEF nº 508/2023, expedir o Código de Ética de sua jurisdição adequando a realidade e as necessidades inerentes à profissão no estado de Sergipe.

Em consonância com a Resolução CONFEF nº 617/2026, julgue os itens a seguir.

- 67 O profissional de educação física que, neste ano, decidir viajar para o Chile e, por lá, permanecer até 2028, poderá requerer a baixa do registro profissional.
- 68 O profissional de educação física que tiver o seu registro cancelado, terá, cumulativamente, o pagamento da anuidade do exercício corrente cancelado em sua integralidade.
- 69 Suponha-se que um profissional de educação física tenha tido, em outra oportunidade, a nulidade de seu registro declarada no CREF-1/RJ. Nesse caso, supondo-se que, atualmente, o profissional trabalhará em Lagarto-SE, é correto afirmar que o profissional poderá requerer a reinscrição devendo realizá-la junto ao CREF-20, desde que sanada a irregularidade que determinou a nulidade.
- 70 Suponha-se que faleceu, neste mês, um profissional de educação física, casado, que possuía débitos com o CREF-20. Nesse caso, é correto afirmar que o caso implica emissão de dívidas, devendo o CREF-20 extinguir os débitos de sua base de inadimplentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em um determinado estado da Federação, um tribunal de justiça composto de 30 desembargadores avaliou a criação de um órgão especial, a situação funcional de magistrados, a composição pelo quinto constitucional e os procedimentos de controle de constitucionalidade. No mesmo tribunal, a área administrativa preparou a proposta orçamentária e examinou pagamentos por precatório, inclusive crédito alimentar de pessoa com mais de 60 anos de idade e cessão de crédito a terceiro.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), julgue os itens a seguir.

- 71** A criação de órgão especial com 15 membros é constitucionalmente admissível, pois os tribunais com mais de 25 julgadores podem constituir órgão especial com, no mínimo, 11 e, no máximo, 25 membros.
- 72** As vagas do órgão especial deverão ser preenchidas, em partes iguais, por eleição do tribunal pleno e por sorteio entre os demais desembargadores.
- 73** Para integrar o quinto constitucional na classe dos advogados, basta que o indicado tenha mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e reputação ilibada.
- 74** Um juiz de primeiro grau com 18 meses de exercício ainda não adquiriu vitaliciedade, pois, no primeiro grau, essa garantia somente é adquirida após 2 anos de exercício.
- 75** A proposta orçamentária do tribunal deve ser elaborada dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- 76** As decisões administrativas dos tribunais que imponham sanção disciplinar a magistrado podem ser tomadas em sessão secreta, desde que sejam motivadas.
- 77** A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo tribunal exige voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- 78** Por ter mais de 60 anos de idade e ser titular de crédito alimentar, a credora terá direito ao pagamento integral de seu precatório antes de todos os demais créditos, independentemente do valor.
- 79** A cessão do crédito de precatório a terceiro independe da concordância do devedor, mas o cessionário não recebe, em razão da cessão, as preferências constitucionais próprias do credor originário.
- 80** As obrigações definidas em lei como de pequeno valor devem ser pagas, necessariamente, pelo regime de precatórios e observando a ordem cronológica geral.

Uma autarquia federal conduziu um processo administrativo instaurado a pedido de particular. Durante a tramitação, surgiram questões sobre delegação de competência, impedimento de servidor, intimação para diligência, produção de provas, prazo para decisão, recurso administrativo, anulação de ato favorável e convalidação de vícios.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 9.784/1999, julgue os itens seguintes.

- 81** A decisão de recurso administrativo pode ser delegada a outra autoridade, ainda que a delegação seja conveniente e não haja relação de subordinação hierárquica.
- 82** A delegação de parte da competência pode alcançar órgão ou titular que não seja hierarquicamente subordinado ao delegante, desde que inexistam impedimento legal e estejam presentes razões de conveniência previstas em Lei.
- 83** O servidor cuja cônjuge participar do processo como perita estará impedido de atuar no feito e deverá comunicar essa circunstância à autoridade competente.
- 84** É regular a intimação do interessado para comparecimento expedida com antecedência de dois dias úteis, desde que contenha todas as demais informações legalmente exigidas.
- 85** O não comparecimento do interessado após regular intimação não implica reconhecimento da verdade dos fatos nem renúncia a direito.
- 86** Se um documento relevante estiver arquivado em outro órgão da Administração, incumbirá exclusivamente ao interessado obtê-lo e juntá-lo ao processo.
- 87** Concluída a instrução, a Administração dispõe de 30 dias improrrogáveis para decidir, sob pena de nulidade do processo.
- 88** Salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo.
- 89** A Administração decai em cinco anos do direito de anular ato administrativo de que decorram efeitos favoráveis ao destinatário, salvo comprovada má-fé.
- 90** A Administração está impedida de convalidar atos com defeitos sanáveis, ainda que a convalidação não cause lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

A sociedade empresária Alfa discutiu diferentes relações obrigacionais. Em uma delas, convencionou, com o devedor, prazo prescricional diverso do legal e, em outra, um devedor solidário reconheceu extrajudicialmente a dívida. Havia, ainda, sucessão do devedor, pretensão originada de fato sujeito à apuração criminal e controvérsias envolvendo decadência legal e convencional.

Com base nessa situação hipotética e no Código Civil, julgue os itens a seguir.

- 91** O devedor poderá renunciar validamente à prescrição antes de consumado o respectivo prazo, desde que a renúncia não prejudique terceiros.

- 92 A cláusula contratual que pretende alterar o prazo prescricional fixado em lei é inválida.
- 93 O reconhecimento inequívoco da dívida pelo devedor, ainda que extrajudicial, interrompe a prescrição, sendo observada a regra de que a interrupção somente pode ocorrer uma vez.
- 94 Se a prescrição for interrompida em face de apenas um dos devedores solidários, a interrupção não produzirá qualquer efeito em relação aos demais devedores solidários.
- 95 A prescrição que já se iniciou contra o devedor continua a correr contra o sucessor dele.
- 96 Não havendo prazo prescricional menor fixado em lei, a pretensão prescreve em cinco anos.
- 97 A decadência estabelecida por lei pode ser validamente renunciada depois de consumada, desde que não haja prejuízo a terceiro.
- 98 Se a pretensão decorrer de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição não correrá antes da respectiva sentença penal definitiva.
- 99 O juiz deve conhecer de ofício a decadência estabelecida por lei, mas não pode suprir de ofício a alegação de decadência convencional.
- 100 As normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição aplicam-se integralmente à decadência, sem exceções.

Em ação de conhecimento, após a apresentação da contestação, o autor cogitou desistir do processo. No curso da causa, foram discutidas ilegitimidade, prescrição, fato superveniente e questão prejudicial. Ao sentenciar, o juiz utilizou fundamentação genérica e, depois da publicação, pretendia modificar a decisão. A relação jurídica discutida era de trato continuado.

Com base nessa situação hipotética e no Código de Processo Civil, julgue os itens seguintes.

- 101 O reconhecimento da ausência de legitimidade resolve o mérito da causa e produz coisa julgada material sobre a pretensão deduzida.
- 102 Depois de apresentada a contestação, a desistência da ação depende do consentimento do réu.
- 103 A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito impede, em qualquer hipótese, a propositura de nova ação sobre a mesma controvérsia.
- 104 O reconhecimento da prescrição constitui resolução de mérito e, ressalvada hipótese legal específica, deverá ser precedido de oportunidade para a manifestação das partes.
- 105 Uma sentença que apenas reproduza norma jurídica, sem explicar a sua relação concreta com a causa, não será considerada fundamentada.
- 106 Publicada a sentença, o juiz poderá alterar livremente a conclusão de mérito enquanto ainda estiver em curso o prazo para apelação.
- 107 Fato constitutivo, modificativo ou extintivo superveniente que influencie o mérito deverá ser considerado pelo juiz ao decidir, e, se conhecido de ofício, exigirá prévia oitiva das partes.

- 108 Os motivos da sentença, ainda que relevantes para determinar o alcance do dispositivo, fazem coisa julgada material.
- 109 Uma questão prejudicial decidida incidentalmente em processo no qual o réu foi revel fará coisa julgada sempre que o juízo tiver competência material e pessoal para resolvê-la como questão principal.
- 110 Em relação jurídica de trato continuado, a superveniência de modificação relevante no estado de fato ou de direito permite à parte pedir revisão do que foi estabelecido na sentença.

Uma estudante de curso superior iniciou estágio não obrigatório em empresa privada. O ajuste previa jornada regular, bolsa e supervisão, mas surgiram dúvidas sobre auxílio-transporte, número de estagiários por supervisor, redução da jornada em período de avaliações, duração do estágio, recesso, seguro, termo de compromisso e atuação de agente de integração. A instituição de ensino também consultou a possibilidade de equiparar atividade de intercâmbio no exterior ao estágio.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 11.788/2008, julgue os itens a seguir.

- 111 Por se tratar de estágio não obrigatório, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação e de auxílio-transporte é compulsória.
- 112 O agente de integração poderá cobrar da estudante taxa pelos serviços de identificação e encaminhamento de oportunidades de estágio, desde que o valor seja informado previamente.
- 113 Cada funcionário indicado pela parte concedente para orientar e supervisionar estágio pode acompanhar, simultaneamente, dez estagiários, no máximo.
- 114 Nos períodos de avaliações acadêmicas, a estudante poderá manter integralmente a sua jornada regular de estágio, desde que a instituição de ensino tenha informado previamente as datas das provas.
- 115 Se o estágio durar 1 ano e a estudante receber bolsa, o recesso de 30 dias poderá ser concedido sem remuneração, porque o recesso não integra a contraprestação devida pelo estágio.
- 116 A duração do estágio da estudante na mesma parte concedente não pode exceder dois anos, salvo se ela for pessoa com deficiência.
- 117 A existência de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a empresa dispensa a celebração de termo de compromisso individual com o educando.
- 118 A contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário é obrigação da parte concedente, podendo, no estágio obrigatório, ser assumida alternativamente pela instituição de ensino.
- 119 Na educação superior, uma atividade de intercâmbio no exterior desenvolvida por essa estudante poderá ser equiparada ao estágio, desde que haja previsão no projeto pedagógico do curso.
- 120 Os limites proporcionais entre número de estagiários e quadro de pessoal aplicam-se, sem exceção, aos estágios de nível superior.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O Código de Processo Civil de 2015 alterou o regime de recorribilidade das decisões interlocutórias e estabeleceu, no art. 1.015, hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Ao julgar, sob o rito dos recursos repetitivos, o REsp nº 1.696.396/MT, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça examinou se esse rol deveria ser compreendido como absolutamente taxativo, como taxativo sujeito à interpretação extensiva ou analógica, ou como meramente exemplificativo. O Tribunal considerou, de um lado, a opção legislativa de restringir a recorribilidade imediata e, de outro, a existência de questões interlocutórias que, embora não previstas expressamente no rol legal, não podem aguardar rediscussão futura sem que o exame posterior se torne inútil.

Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 1.696.396/MT, Corte Especial, rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 19/12/2018 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Teoria da taxatividade mitigada do rol do art. 1.015 do Código de Processo Civil

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC e os fundamentos pelos quais o STJ afastou as teses da taxatividade absoluta, da taxatividade com interpretação extensiva ou analógica e do rol meramente exemplificativo;
- b) conteúdo da teoria da taxatividade mitigada, o requisito para sua aplicação e sua incidência, abordando especificamente as decisões relativas à competência; e
- c) consequências da tese para o regime de preclusão das decisões interlocutórias e a modulação temporal dos efeitos do precedente.